



**UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

**Campus de Marechal Cândido Rondon**

**Centro de Ciências Humanas Educação e Letras (CCHEL)**

**Colegiado do Curso de História**

**DEIVID FERNANDO FRANCO**

**POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA  
NA OBRA “ESAÚ E JACÓ” DE MACHADO DE ASSIS**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

**2012**

**DEIVID FERNANDO FRANCO**

**POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA  
NA OBRA “ESAÚ E JACÓ” DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Colegiado de História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Marcos Luis Ehrhardt

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

**2012**



**UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

**Campus de Marechal Cândido Rondon**

**Centro de Ciências Humanas Educação e Letras (CCHEL)**

**Colegiado do Curso de História**

**DEIVID FERNANDO FRANCO**

**POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA LEITURA  
NA OBRA “ESAÚ E JACÓ” DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito de conclusão de Curso de História – Licenciatura, da UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná.

**Marechal Cândido Rondon, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Orientador: \_\_\_\_\_

Dr. Marcos Luis Ehrhardt

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro: \_\_\_\_\_

Dr. Márcio Both

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Membro: \_\_\_\_\_

Dra. Ivonete Pereira

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço, primeiramente, ao professor Marcos Luis Ehrhardt, pela disponibilidade e pela atenção que me dispensou. O seu processo de orientação foi conduzido de tal forma que eu tivesse ampla liberdade para que a pesquisa se concluísse de maneira objetiva e não divergisse do trabalho a que me propus desde o início. Obrigado por isso!

Agradeço também aos amigos e demais professores que, direta ou indiretamente, me auxiliaram, não só na confecção e na conclusão deste trabalho, como também durante toda a trajetória na Universidade. Obrigado a todos!

Enfim, agradeço aos meus familiares, em especial à minha esposa, Gêssica A. S. Franco, pelo apoio e compreensão, principalmente nas horas difíceis e cansativas nas quais, muitas vezes, pensei em desistir. Fico realmente muito agradecido!

“Todos os contrastes estão no homem.”

Machado de Assis (*Esau e Jacó*)

**RESUMO:**

Este trabalho, que versa sobre Literatura e História, toma como fonte de pesquisa a obra *Esaú e Jacó*, do escritor Machado de Assis e analisa a representatividade política desse romance no contexto da proclamação da República no Brasil. Para isso, dialoga-se com uma bibliografia especializada no tema, percebendo ainda a atuação de distintos grupos sociais durante a primeira década da instauração do regime republicano. Por fim, o trabalho apresenta as posições políticas tomadas pelo escritor Machado de Assis durante a transição do regime monárquico para o republicano no Brasil dos fins do século XIX.

**Palavras-chave:** Sociedade. Política. Literatura. História.

**ABSTRACT:**

This work is about Literature and History. Taking as a source of research the work *Esauí e Jacó*, from the writer Machado de Assis, analyzes the political representation of this novel in the context of the proclamation of the Republic in Brazil. For this, examines a bibliography that is specialized on the subject, yet realizing the role of different social groups during the first decade of the establishment of the republican regime. Finally, the work aims to present the political positions taken by the writer Machado de Assis during the transition from monarchical to the republican regime in Brazil in the late nineteenth century.

**Keywords:** Society. Politics. Literature. History.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1. CAPÍTULO 1 – Trajetória de Machado de Assis e Características da Obra <i>Esaú e Jacó</i> <b>Erro!</b>	<b>Indicador não definido.</b>
1.1 <i>Obras e vida política: breve retrospectiva</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.2 <i>Características da obra</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.3 <i>Personagens em cena</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2. CAPÍTULO 2 – O Brasil do Século XIX e a Literatura Machadiana .	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1 <i>Proclamação da República</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 <i>O Rio de Janeiro da Primeira República e a Belle Époque</i> <b>Erro!</b>	<b>Indicador não definido.</b>
2.3 <i>A oligarquia agrária dos finais do século XIX.</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.4 <i>A literatura engajada</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



## INTRODUÇÃO

A ambiguidade predominante nos romances literários permite-nos várias formas de interpretação acerca da construção de suas narrativas. Esse fato tem levado inúmeros pesquisadores a aplicarem diversos conceitos e métodos nessa área de pesquisa, tanto no campo da Literatura como no da História. Este trabalho pretende se utilizar, na sua elaboração, de alguns conceitos que, independentemente de utilizar ou não uma obra literária como fonte, privilegiam a pesquisa histórica.

Nossa análise irá tomar a obra *Esau e Jacó*, do escritor Machado de Assis, como fonte histórica. O romance, publicado em 1904, é o penúltimo do autor e traz, em seu enredo, a história dos irmãos gêmeos Pedro e Paulo. Na juventude, Pedro e Paulo se apaixonam pela mesma mulher, a jovem Flora. Além da disputa amorosa que envolve a narrativa, os gêmeos da história seguem a premissa estabelecida no início da obra, a de odiarem-se mutuamente.

Machado de Assis não só presenciou os grandes acontecimentos do século XIX, como também esteve ligado diretamente a eles. Indubitavelmente o autor apresenta, em seus textos, os interesses ideológicos dos grupos a que pertenceu em sua vida: defensor da causa liberal, pró-republicano e, ao mesmo tempo, simpatizante dos monarquistas. Nessa perspectiva, percebemos que há, nas obras de Machado de Assis, o elemento do objetivismo, pois o autor colaborava redigindo textos, primeiramente no Diário do Rio de Janeiro, de militância liberal e, depois, no Diário Oficial do Rio de Janeiro, sob a tutela do governo imperial e, mesmo trabalhando nos jornais, Machado de Assis continuou a escrever seus romances.

Percebemos uma ambiguidade não só nas obras de Machado de Assis, mas também na trajetória biográfica do próprio autor. Mesmo escrevendo sob a tutela de D. Pedro II, o autor não deixou de tecer críticas à forma de governo imperial, porém as críticas continuarão também após a instauração da República. Conquanto o presente trabalho verse sobre a representatividade política na obra machadiana *Esau e Jacó*, dialoga ainda com outras obras que discorrem semelhantemente com esse tema, bem como com teorias literárias. Nossa pesquisa, além de tomar como fonte histórica a Literatura, visa dialogar também com obras de pesquisadores que se dedicam a entender o processo histórico do final século XIX no que tange especificamente a entender como um setor da sociedade brasileira do século XIX conseguiu assegurar-se no poder mesmo

durante a transição do regime monarca ao republicano. Assim, pretendemos investigar sobre quais foram as posições políticas adotadas por Machado de Assis diante dessa sociedade – tendo em vista que o autor mudou sua postura por algumas vezes, apontando ainda para a receptividade com que viu a proclamação da República na obra *Esaú e Jacó*.

O recorte temporal neste trabalho compreende a última década do século XIX, período da proclamação da República e da ascensão da oligarquia agrária, porém, por algumas vezes, iremos retroceder ou ir além do período especificado, com isso visando obter uma melhor compreensão desse processo histórico.

A análise das representatividades em textos literários vem sendo, nas últimas décadas, comumente tomadas como prismas para a compreensão da sociedade de diferentes temporalidades, pois esses textos constituem práticas culturais que ocultam interesses de distintos grupos sociais, seja no âmbito social, seja no cultural. No Brasil, as pesquisas históricas tendo como fonte a literatura adquiriram grande relevância a partir dos anos de 1990. A esse respeito, leia-se o que salienta o historiador francês Roger Chartier acerca do tema das representações:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p.17).

Assim, percebemos que o romance produzido pelo autor em questão traz, em sua narrativa, não somente elementos ligados às questões de estética, estilo ou de alguma outra ordem de âmbito literário, mas também é forjada nos interesses do próprio autor e de grupos sociais a que ele estava vinculado. Nessa perspectiva, tomaremos a literatura como forma de expressão que reflete não somente a posição de quem usa a narrativa como instrumento para exprimir “interesses de grupo”, mas também como um meio para entender o movimento da realidade – e seu contexto – ao qual pertence a arte ou o artista. Assim entendido, indicamos que, ao se desenvolver uma narrativa, fogem da percepção do autor – ressaltando-se obviamente as exceções – movimentos da realidade que, independentemente de sua escolha, fazem parte da conjuntura da obra, como atesta George Lukács:

Objetivamente, a arte é uma forma particular da realidade, que a reflete por esta mesma razão, e – se se trata de um artista autêntico –

reflete o movimento desta realidade, sua direção, suas orientações essenciais na existência, na permanência e na transformação. Além disso, esse reflexo é (...) na maioria dos casos, mais amplo, mais largo, e mais profundo, mais rico e mais verdadeiro do que a intenção, a vontade, a decisão subjetivas que o criaram. A grande arte, a do grande artista, é sempre mais livre do que ele crê e do que ele próprio o sente; é mais livre do que parecem indicar as condições sociais de sua gênese objetiva. (LUKÁCS, 1968, p. 259).

Sob essa ótica, percebemos que, na arte – neste caso, na literatura –, estão presentes traços da realidade que se somam como uma espécie de ingredientes no processo de criação do artista. O imaginário, ocupando uma fração do campo das representações é utilizado como uma tradução mental de uma realidade exterior. Imaginário e ideologia terminam por fazer parte do campo das representações, porém “[...] a ideologia está investida por uma concepção de mundo que, ao pretender impor à representação um sentido definido, perverte tanto o real material quanto esse outro real perverte o imaginário” (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003, p. 7). Tomamos por uma definição do conceito de imaginário a mesma utilizada por Sandra J. Pesavento:

Atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, o imaginário representa também o abstrato, o não-visto e o não-experimentado. É elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real, pautando condutas e inspirando ações. É, podemos dizer, um real *mais real* que o real concreto. O imaginário é sistema produtor de ideias e imagens que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível. (PESAVENTO, 2006, p. 2).

Assim expressado, o conceito de imaginário apresenta-se como um “[...] sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente” (PESAVENTO, 2006,p.2).

Segundo essa maneira de entender de Pesavento, a realidade passa a ser a referência na construção de um romance. Assim, em *Esau e Jacó*, o ápice da narrativa configura-se na realidade da transição do regime monárquico para o republicano brasileiro no final do século XIX. Além da narrativa acerca da discórdia dos irmãos Pedro e Paulo e da disputa amorosa que envolve o enredo do romance, a transição da monarquia para a república serve de ambientação na construção da narrativa. A descrição da sociedade burguesa brasileira dos fins do século XIX e os anseios e as

ambições dos diversos grupos sociais daquele período são elementos constituintes da narrativa de *Esaú e Jacó*, caracterizando-a, assim, como um romance histórico.

O romance histórico surgiu no início do século XIX, sua narrativa constitui-se num misto de ficção e de personagens históricos onde percebemos a descrição dos costumes, da fala e das instituições do passado. Lukács (2011) observa que o romance histórico surgiu na Inglaterra do século XIX com Walter Scott. Além de analisar e elucidar aspectos essenciais da obra de Scott, o filósofo Lukács analisa o papel de outros grandes nomes do romance histórico, como Balzac, Stendhal, Goethe, Púchkin, Gógol, Górkí e Tolstói. Mesmo não tendo contato com a obra de Machado de Assis, percebemos a aproximação da teoria de Lukács com o romance *Esaú e Jacó*, visto que Machado de Assis bebeu nas águas do romance social – realista – inglês e francês do século XVIII. Mesmo assim, no entanto, a *desilusão* frente à sociedade burguesa, elemento do romance que o caracteriza como histórico, em Machado de Assis essa desilusão é mais evidente através do ceticismo da personagem Aires, presente em *Esaú e Jacó* e em *Memorial de Aires*. Machado de Assis não se afasta, contudo, dos elementos populares, nem se concentra nas figuras históricas do século XIX. O seu ceticismo serve para caracterizar suas personagens e estimular o veio crítico dos seus leitores (MAGALHÃES, 2007).

Lukács, em *Marxismo e Teoria da Literatura*, aponta para a liberdade da qual o autor desfruta durante o processo de criação de uma obra. Essa liberdade sempre esteve além das ideologias impostas que orientavam o tema, o conteúdo e a forma. O autor rompe com o conceito de “arte dirigida”, afirmando que, mesmo em períodos como na Antiguidade, na Idade Média e no Renascimento, existia nas obras objetivamente construídas o subjetivismo do artista, o que, de certa forma, causa repercussão por sua forma e conteúdo:

Objetivamente, a arte sempre faz parte da vida social. Uma arte que seja por definição sem eco, incompreensível para os outros – uma “arte” que tenha o caráter de um puro monólogo – só seria possível num asilo de loucos, da mesma forma que uma filosofia que levasse o solipsismo<sup>1</sup> às suas últimas consequências. A necessidade de repercussão, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo é a característica inseparável, o traço essencial de toda obra de arte autêntica em todos os tempos. A relação entre a obra e seu público, numa sociedade determinada desta sociedade, não é algo que se acrescente posteriormente, de maneira mais ou menos acidental, à

---

<sup>1</sup> O solipsismo refere-se, neste caso, a uma arte que não tenha um papel social ou que não pertença (e nem quer pertencer) a esse meio.

obra subjetivamente criada e objetivamente existente. (LUKÁCS, 1968, p. 260).

Na História, a escrita, bem como tantas outras formas de expressões artísticas, sempre se apresentou como instrumento de expressão ao homem. Ao construir um texto literário, o artista toma, em certa medida, o real como referente. Suas personagens são inspiradas em sujeitos da sociedade ou existiram enquanto perfis desta (PESAVENTO, 2006).

Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, discute as funções dos signos<sup>2</sup> na esfera ideológica, funções essas aplicadas às categorias de análise literária. Essa teoria possibilita um maior entendimento das representatividades no campo da Literatura. Como afirma Bakhtin:

[...] um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como um corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. (2006, p. 31).

Nessa perspectiva, entendemos a Literatura e seus signos como um campo de disputas, campo no qual a narrativa adquire o papel de defender interesses de determinados grupos sociais, sendo então passível de ser compreendida como tal. Assim, “Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 2006, p. 33).

A proposta de uso da literatura como fonte histórica pode se mostrar de grande relevância conforme o uso de suas interpretações, às quais o próprio Machado de Assis se refere assim:

Ora, aí está realmente o epígrafe do livro<sup>3</sup>, se eu lhe quisesse pôr alguma, e não me ocorresse outra. Não é somente um meio de completar as pessoas da narração com as ideias que deixarem, **mas ainda um par de lunetas para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro.**

<sup>2</sup> Segundo Bakhtin, qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo, tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão. Ressalte-se, no entanto, que os produtos de consumo, enquanto tais, não são, de maneira alguma, signos, *signos* (2006, p. 32).

<sup>3</sup> Machado de Assis se refere à passagem “*Dico, che quando l’anima mal nata...*”. Essa passagem encontra-se na Divina Comédia, obra de Dante Alighieri, passagem que pode assir ser traduzida para o português: “Digo, que quando a alma é mal nascida...”

Por outro lado, há o proveito de irem as pessoas da minha história colaborando nela, ajudando o autor, por uma lei de solidariedade, **espécie de troca de serviços, entre o enxadrista e os seus trebelhos**<sup>4</sup>.

Se aceitas a comparação, distinguirás o rei e a dama, o bispo e o cavalo, sem que o cavalo possa fazer de torre o peão. Há ainda a diferença da cor, branca e preta, mas esta ainda não tira o poder da marcha de cada peça, e afinal uma e outra podem ganhar a partida, e assim vai o mundo. Talvez conviesse por aqui, de quando em quando, como nas publicações do jogo, um diagrama das posições belas ou difíceis. Não havendo tabuleiro, é um grande auxílio para acompanhar os lances, mas também pode ser que tenha visão bastante para reproduzir na memória as situações diversas. Creio que sim. Fora com diagramas! Tudo irá como se realmente visses jogar a partida entre pessoa e pessoa, ou mais claramente, entre Deus e o Diabo. (EJ<sup>5</sup> XIII, grifos meus)

O autor atribui ao leitor o papel da interpretação e/ou de construção do romance, conferindo-lhe a posição de *enxadrista* numa troca de *serviços*. Esse fato revela um dos traços mais geniais da obra machadianas: o de refletir sobre os vícios da sociedade ou refratá-los.

Nas obras machadianas, assim como em *Esaú e Jacó*, o autor se utilizou de recursos que o permitissem escrever para uma sociedade que, mesmo avessa aos seus princípios morais, o tinha acolhido. O ideal de cultura influenciado pelo continente europeu estabelecido durante a Belle Époque reconheceu Machado de Assis como um de seus representantes intelectuais. Esses ideais de cultura<sup>6</sup> guardavam em si, no entanto, os interesses da elite oligárquica do século XIX.

Frente às transformações ocorridas durante o século XIX, um setor se destacara dos diversos grupos sociais do Brasil – uma oligarquia agrária baseada na produção e exportação de café. Dinâmica em seu empreendedorismo, essa elite cafeeira, através de uma convergência de interesses, uniu-se à então emergente classe média. Nesse pacto ainda haveria espaço para a classe dos militares, que foram convocados a assumir a frente desse projeto e depor D. Pedro II do seu trono. Depois da consumação dos fatos, o que se seguiu foi um período de conflitos entre as classes que arquitetaram o golpe. O resultado dessas divergências foi a ascensão da elite cafeeira ao poder durante o período conhecido como Primeira República.

<sup>4</sup> Para uma melhor simplificação: entre o enxadrista (xadrezista ou que joga xadrez) e a peças usuais deste jogo.

<sup>5</sup> Para a abreviação do nome do romance *Esaú e Jacó* utilizaremos *EJ* ao longo deste trabalho da qui para frente.

<sup>6</sup> Mesmo não sendo nossa temática neste trabalho, podemos facilmente enquadrar os modelos culturais importados do continente europeu nas categorias de análises dos signos bakhtinianas.

Como já foi salientado, a publicação de *Esaú e Jacó* deu-se em 1904, todavia o romance traz em si não somente reflexões do período da proclamação da República, como também de períodos anteriores.

Assim, nos primeiros capítulos pretendemos destacar os traços biográficos do autor e rastrear alguns passos de sua vida política. Machado de Assis, que escreveu tanto no período romântico como no realista da literatura brasileira, conseguiu o reconhecimento de seu talento ainda em vida,. O romance *Esaú e Jacó* foi publicado já em fins do Realismo, período resultante de grandes mudanças na estrutura e no modo de pensar da sociedade.

As obras de Machado de Assis eram lidas por uma elite paternalista, lidas especificamente por mulheres conservadoras, inseridas numa sociedade patriarcal e tendo seu papel bem definido, qual seja o de esposa e de governanta do lar. Mesmo escrevendo para esse público, o autor não deixou de denunciar os vícios dessa sociedade. Para além dessas prerrogativas, apresentaremos, de forma sucinta, algumas características de *Esaú e Jacó*, seu enredo e construção de suas personagens.

Num segundo momento, analisaremos a obra no contexto da proclamação da República, procurando explicitar a posição do autor na sociedade do Rio de Janeiro do fim do século XIX, pois, por essa época, Machado de Assis já era reconhecido por seu talento como escritor. Assim, o “bruxo do Cosme Velho”, como alguns o designavam na época, observaria, do ponto de vista de morador da capital brasileira, o todo desse processo histórico sem interferir diretamente nos acontecimentos. A narrativa sobre os episódios da proclamação da República são apresentados de formas simples, corriqueiras, expressando não somente a forma como fora concebido tal fato, mas também como fora recebido por diversos grupos da sociedade.

## CAPÍTULO 1

### Trajetória de Machado de Assis e Características da Obra *Esau e Jacó*

#### 1.1 Obras e vida política: breve retrospectiva

Nascido Joaquim Maria Machado de Assis, o referido autor nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839. Seu pai era operário mestiço de negro e português, e sua mãe, Maria Leopoldina Machado de Assis, morreu quando Machado ainda era criança, passando a ser cuidado pela madrasta, Maria Inês, também mulata<sup>7</sup>. Teve uma infância pobre, instruiu-se autodidaticamente devido ao seu interesse por todo tipo de leitura, superando, assim, todas as dificuldades impostas às suas condições. Ainda na infância perdeu sua única irmã e o pai. Quando completou dezesseis anos, empregou-se como aprendiz numa tipografia e publicou os primeiros versos no jornal *A Marmota*. Em 1860 foi convidado, por Quintino Bocaiúva, para colaborar no *Diário do Rio de Janeiro*. Nessa época publicou quase todas as suas comédias teatrais e os poemas contidos no seu livro "Crisálidas".

Da primeira fase machadiana datam as obras que se enquadram no estilo literário romântico, sendo elas: *Ressurreição* (1872), *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), os poemas *Americanas*, *Falenas* e seus *Contos Fluminenses*, bem como *Histórias da Meia-Noite*, que também datam dessa mesma época. Por esse tempo, o autor já se consagrara perante a crítica. Na segunda fase machadiana, que teve início com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), predomina o realismo literário. O autor adquiriu um caráter crítico, irônico e pessimista em relação à sociedade e tal característica o acompanhará até a publicação de sua última obra, *Memorial de Aires*, de 1908, mesmo ano de sua morte. Datam ainda dessa segunda fase as obras: *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), os contos *Papéis Avulsos* (1882) e *Histórias sem Data* (1884), dentre outros.

Com a morte de sua esposa em 1904, o autor isolou-se em sua casa e enfrentou graves problemas de saúde. Nesse ano publicou seu penúltimo romance, *Esau e Jacó*,

---

<sup>7</sup> Consulta ao site "Projeto Releituras", de Arnaldo Nogueira Jr. Disponível em: <[http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp)>.



que narra a história dos irmãos gêmeos Pedro e Paulo disputando o amor da jovem Flora, tendo como papel de fundo a transição do Brasil Império ao regime republicano.

Nas obras de Machado de Assis percebemos, em muitas passagens, preocupações ligadas às questões políticas, sociais e culturais, como a representação da sociedade do século XIX, escravidão e abolicionismo, questões que são frequentes em suas obras. Por esses temas, as obras machadianas são frequentemente alvos de estudos e de reflexões acerca da sociedade, não só da carioca, mas, do Brasil do século XIX como um todo. O autor em questão não só é requisitado por seu talento literário, como também o é por tomar posições perante os diversos acontecimentos ocorridos durante o século XIX, dentre eles podemos citar a formação de partidos políticos, o abolicionismo e a proclamação da República. Sidney Chalhoub argumenta que, “[...] ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (2003, p. 17). O autor faz uma análise tentando compreender o contexto social em que as obras de Machado de Assis foram escritas, visto que a alegoria<sup>8</sup> machadiana sempre procurava aludir a questões que o inquietavam. Além de contos e de romances, Chalhoub fez um estudo da carreira pública de Machado de Assis, apontando as intervenções nas quais Machado de Assis tomava posição favorável às causas dos escravos. Nesse aspecto, Chalhoub aponta para o caráter paternalista da sociedade brasileira do século XIX, onde a relação senhor/escravo produz e organiza tal sociedade.

Com a publicação da revista eletrônica *Cadernos de História*<sup>9</sup> obtém-se atualmente acesso mais aprofundado da discussão de Chalhoub sobre o tema. Assim, podemos vislumbrar que:

Vários temas chegavam à mesa do funcionário público para que este desse seu parecer, tais como a matrícula de escravos, o fundo de emancipação, se os filhos das escravas eram livres ou libertos. Ao pesquisar os vários pareceres de Machado sobre a aplicação da Lei de setembro de 1871, Chalhoub demonstra que, para Machado, em todos os casos que a lei deixasse dúvidas, deveria ser aplicado o que o bruxo do Cosme Velho entendia como o espírito da lei, a saber: a liberdade do escravo. O funcionário público Machado acreditava que a única forma de se acabar com a escravidão, a exploração e o lucro dos

---

<sup>8</sup> Tomaremos aqui o conceito de *alegoria* proposto por Jean Chevalier em seu *Dicionário de Símbolos*: “A Alegoria é uma figuração que toma com maior frequência a forma humana, mas que por vezes toma a forma de um animal ou de um vegetal ou, ainda, a de um feito heróico, a de uma determinada situação, a de uma virtude ou a de um abstrato.” (CHEVALIER, 2002, p. 16).

<sup>9</sup> LACERDA, David P.; SANTOS, Maycon Rodrigues dos. *Cadernos de História* (revista eletrônica). Publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP. Ano I, nº 2, set. 2006. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>. ISSN 19800339.

senhores/proprietários era por meio da intervenção do poder do estado no domínio privado dos senhores. (CHALHOUB, 2006, p. 3/4).

O que se nota muitas vezes em Machado de Assis é uma contradição, presente tanto na literatura como também na postura política do autor. Quiçá, a riqueza da trajetória de Machado de Assis seja essa sua contradição. Se, por vezes, o autor é um adepto do liberalismo, por outras se percebe, nitidamente, seu “pessimismo” em relação à tal questão. Aqui se torna, porquanto, pertinente citar os estudos realizados por Roberto Schwarz (2007), que discute a questão das ideologias liberais do Ocidente europeu introduzidas no Brasil. Schwarz afirma que “[...] um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre”. Assim, no século XIX, o que predomina no Brasil é o fato “impolítico e abominável” da escravidão. Frente a essas circunstâncias, o Brasil, “envergonhado” diante das nações europeias, torna-se campo de disputas entre conservadores e liberais.

O romance, modelo de obra literária importado também do continente europeu e incorporado ao quadro social brasileiro, é campo de reflexões sobre a sociedade. Schwarz faz uma análise de romances de José de Alencar e dos primeiros romances machadianos: *A Mão e a Luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*. O autor afirma que, no início de sua carreira jornalística:

Machado havia adotado ideias liberais e assimilara a retórica do progresso e da igualdade (...). A ilusão não durou, e logo Machado iria mudar de convicção, movido por razões que resta aos biógrafos esclarecer. (SCHWARZ, 2007, p. 84/85).

Mais tarde, quando vem a escrever os seus outros romances, estes se fundamentam da ideologia antiliberal. Para Machado de Assis, portanto, já não se tratava aqui de uma posição inicial e irrefletida, mas do resultado da experiência, com a parte de realismo – se não de verdade – que acompanha as desilusões: “No caso, o que interessa é a profundidade da viravolta, que, para a matéria literária, teve o efeito de uma vacina” (SCHWARZ, 2007, p. 85).

O jornalista Brito Broca, em *Machado de Assis e a Política* (1983), escreveu sobre a atuação de Machado no campo político, afirmando que a sua presença, ora inconfundível, ora dissimulada, versava sobre o tema constantemente. Broca analisou obras e crônicas machadianas, publicadas no folhetim *A Semana* entre os anos de 1892 e 1897, e concluiu que as impressões de Machado de Assis refletem sobre os rumos que tomava o Brasil após a instauração da República. Um dos temas machadianos

“prediletos” nessa época, segundo Broca, é o das eleições e os problemas que elas envolviam. As acusações são de um sistema eleitoral falho, que já vinha desde a época do Império e que continuava na República. Nessa perspectiva, Broca vê a posição de Machado de Assis favorável à causa conservadora. O autor vê nas passagens de *Dom Casmurro* a simpatia de Machado de Assis quanto à presença do imperador no poder. Assim, Dom Pedro II despertava um sentimento patriarcal na sociedade brasileira do século XIX, patriarcalismo que, em Machado de Assis, não era diferente:

A influência desse patriarcalismo devia ser bem viva em Machado de Assis, órfão de pai muito cedo, cuja infância e adolescência teriam decorrido numa atmosfera de respeito e veneração pelo homem todopoderoso que lá, das alturas de São Cristóvão, velava pelos filhos. É o que nos leva a supor uma página do *Dom Casmurro*, na qual vemos Bentinho a apelar, em imaginação, para o imperador como a um pai providencial, com os poderes para tirá-lo dos maiores embaraços. (BROCA, 1983, p. 43).

Contraditoriamente, Broca cita um caso ocorrido no ano 1903, quando surge a ideia de se criar uma convenção que elegerá deputados que representarão cada qual um estado da federação. A ideia era eleger nomes de notáveis republicanos nos diferentes setores da sociedade. Dentre eles sairia o nome de um deputado. Tais deputados elegeriam o nome do candidato a presidente da república posteriormente. Cogitavam-se vários nomes a representar diversas categorias da sociedade. Tais categorias dividiam-se em Magistratura, Exército, Funcionalismo Público, Comércio, Lavoura, dentre outros. Qual não é a surpresa em saber que o nome do representante das Letras escolhido é o de Machado de Assis.

Em correspondência a Lúcio de Mendonça, do qual partira a ideia da convenção, Machado de Assis refreia essa ideia dizendo não ser a sua a “[...] idade em que comece um papel destes quem não exerceu nenhum análogo na mocidade” (BROCA, 1983). Do mesmo modo, a ideia da convenção não fora adiante. Machado de Assis, já com sessenta anos – ou mais – alude a essa sua idade como um “obstáculo” a tal empreitada.

Sendo um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras – em 1897 – Machado de Assis também foi o seu primeiro presidente, cargo que ocupou até a data de seu falecimento. Em 1908 publicou seu último romance, *Memorial de Aires*, uma reunião de contos narrados pelo Conselheiro Aires, uma personagem que transita por outras obras do autor, incluindo *Esau e Jacó*. Pesquisadores e biógrafos entendem que o Conselheiro Aires é a personagem na qual Machado de Assis mais depositou seus

próprios valores subjetivos. Machado de Assis faleceu no Rio de Janeiro nesse mesmo ano.

## 1.2 Características da obra

No romance *Esau e Jacó* predomina o estilo literário conhecido como Realismo. Tal estilo se opõe ao idealismo romântico<sup>10</sup>, até então em voga no século XIX. O Realismo caracteriza-se por uma descrição minuciosa, sua narrativa é mais detalhada e suas personagens são analisadas psicologicamente. Acrescente-se também a atividade de análise crítica da sociedade burguesa em seus mais variados aspectos: comportamentais, culturais, etc.

Machado de Assis observa, antes de iniciar o primeiro capítulo do livro, que, logo após a morte do Conselheiro Aires, encontraram-se, em sua secretária, “[...] sete cadernos manuscritos. Os seis primeiros formavam um volume, que se transformaria no romance Memorial de Aires<sup>11</sup>, e o sétimo, intitulado Último, constituía uma narrativa à parte<sup>12</sup> [...]”, que seria publicado com título escolhido pelo próprio Aires, sendo este *Esau e Jacó*.

O autor, tendo vivido durante o período que comporta o Romantismo e o Realismo, carregou em si características desses dois estilos. Ele próprio é considerado, por muitos críticos literários, como o precursor do Realismo no Brasil e seu livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (1881) é, por assim dizer, “um divisor de águas” da literatura brasileira. Machado de Assis, como observa Alfredo Bosi, é “[...] o ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira” (BOSI, 1980).

No contexto histórico, o Brasil era influenciado por teorias liberais e democráticas que provinham do continente europeu, da França especificamente. Como afirma Bosi, temas como a abolição do regime escravocrata, o fim da monarquia e o favorecimento de políticas direcionadas à imigração europeia passam a ser frequentes na literatura dos anos de 1860, tornando-se, assim, uma “[...] preparação de uma ruptura mental com o regime” (BOSI, 1980).

---

<sup>10</sup> O romantismo brasileiro carrega as mesmas características do europeu, tais como: individualismo, sentimentalismo, subjetivismo e o predomínio do sentimento sobre a razão.

<sup>11</sup> Publicado em 1908, *Memorial de Aires* é uma reunião de textos de Machado de Assis coletados para publicação da obra.

<sup>12</sup> Algumas edições, as mais antigas, trazem no prefácio, escrito pelo próprio Machado de Assis, sob o título de *Advertência*, considerações acerca da obra *Esau e Jacó*.

A formação do Partido Republicano no Brasil, em 1870, leva uma corrente de intelectuais da época a fazer da literatura um instrumento de propagação dos ideais republicanos que lutam contra a incapacidade política e administrativa do governo imperial. Eles se denominavam os “mosqueteiros intelectuais” e pertenciam à elite brasileira. Distinguindo-se dos vários setores da sociedade, apresentavam-se como guias “[...] na condução do processo de modernização da sociedade” (VELLOSO, 2003, p. 147).

No campo científico, os avanços conduzem a novas explicações que, promovendo a adoção de políticas raciais, inferiorizam os negros e estes, agora em liberdade, disputam o trabalho assalariado com imigrantes que chegam da Europa. Lukács<sup>13</sup> considera que as transformações ocorridas na sociedade abriram caminho para a consolidação do Realismo Literário no Brasil do século XIX:

Os novos estilos, os novos modos de representar a realidade não surgem jamais de uma dialética imanente das formas artísticas, ainda que se liguem sempre às formas e sentidos do passado. **Todo novo estilo surge como uma necessidade histórico-social da vida e é um produto necessário da evolução social.** Mas o reconhecimento do caráter necessário da formação dos estilos artísticos não implica, de modo algum, que esses estilos tenham todos o mesmo valor e estejam todos num mesmo plano. A necessidade pode ser, também, a necessidade do artisticamente falso, disforme e ruim. (LUKÁCS, 1936, p. 53, grifo meu).

Assim posto, o Realismo, no Brasil, é resultado de um período de grandes mudanças do modo de pensar da sociedade, bem como de grandes transformações na estrutura da sociedade brasileira.

Outra característica que podemos atribuir a *Esaú e Jacó* enquadra-se no conceito de *polifonia* desenvolvido por Bakhtin. Segundo o teórico russo, a polifonia é o modo de um determinado autor representar, em sua narrativa, grupos sociais distintos sem interromper ou calar a voz das personagens, mesmo estas não defendendo os mesmos ideais do autor ou fazendo parte de um determinado segmento social ao qual esse autor não pertence. Como afirma Edward Lopes, pesquisador da obra bakhtiniana, são polifônicos:

[...] os romances em que cada personagem funciona como um ser autônomo, exprimindo sua própria mundividência, pouco importa coincida ela ou não com a ideologia própria do autor da obra; a

---

<sup>13</sup> Esta citação é parte de um texto de Lukács de 1936, traduzido por Giseh Vianna Konder. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53695424/Georg-Lukacs-Ensaio-sobre-literatura>>.

polifonia ocorre *quando cada personagem fala com sua voz*, expressando, seu pensamento particular, de tal modo que, existindo *n* personagens, existirão *n* posturas ideológicas; no entender de Bakhtin, Dostoiévski inaugura o romance polifônico na Rússia. (LOPES, 1999, p. 74).

Ainda que Dostoiévski fosse contemporâneo de Machado de Assis, indubitavelmente Bakhtin desenvolveu seu conceito de polifonia pensando somente nos romances do primeiro. Mesmo assim abriu um leque de possibilidades para a interpretação e crítica literária do segundo. A ironia e a sátira constituem-se em ingredientes imprescindíveis das obras machadianas, especificamente a partir das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, embora em *Esau e Jacó* esses ingredientes viessem a ser novamente utilizados. A ambiguidade também é uma característica relevante da obra, sendo ainda enriquecida pelo componente alegórico, como aponta Eugênio Gomes<sup>14</sup>:

Em *Esau e Jacó*, entretanto, a experiência alegórica encontrou campo absolutamente adequado, porque a alma – e não mais o corpo ou o sexo – foi convertida em centro de interesse primordial, sugerindo e inspirando correspondências míticas, que conferem à narrativa uma como segunda dimensão, sem cujo conhecimento será impossível penetrar a mais íntima e significativa realidade do romance. Não se deve atribuir senão a isso o fato de serem tão várias as opiniões em torno dessa ambígua narrativa.

No capítulo XXIII temos uma das passagens em que podemos visualizar, de forma nítida, o que caracteriza o fenômeno polifônico. A cena se passa na residência dos gêmeos, casa de Botafogo e, ao serem indagados sobre a data de seus nascimentos, cada um responde simultaneamente da forma que mais lhe apraz. Vejamos:

(...) não sei se homem ou mulher, perguntou aos dous irmãos que idade tinham.

Paulo respondeu:

- Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

- Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas, não sucessivas, tanto que a pessoa pediu-lhes que falasse cada um por sua vez. A mãe explicou:

<sup>14</sup> GOMES, Eugênio. O testamento estético de Machado de Assis. Transcrito da Revista Brasileira, ano IX, nº 21-22, Rio de Janeiro, jan./fev. 1958. Reproduzido in Machado de Assis, Rio de Janeiro, Livraria São José. Novamente publicado na referida obra utilizada como fonte.

- Nasceram no dia 7 de abril de 1870.

Percebemos, nessa passagem, a divergência entre dois irmãos que, em suma, representam discurso republicano e o monarquista confrontados frente a frente. O autor não toma partido, não exclui ou deprecia a nenhum, apenas narra deixando para a mãe dos irmãos a simples tarefa de acautelar a situação. Nesse caso, a mãe poderia ser considerada a personificação da neutralidade do autor: “Nasceram no dia 7 de abril de 1870”.

### 1.3 *Personagens em cena*

Publicado em 1904, *Esau e Jacó* é a penúltima obra de Machado de Assis. Considerado um romance de caráter político, o livro narra a história dos gêmeos univitelinos Pedro e Paulo, filhos de Natividade e Agostinho Santos. Na juventude, os irmãos disputam o amor da jovem Flora, filha do casal Batista e D. Cláudia. Seu título foi extraído do capítulo primeiro da Bíblia – livro do *Gênesis* – que narra a história dos filhos de Isaac e Rebeca. A mãe acaba por privilegiar o filho mais novo, Jacó, chegando a enganar o esposo, que já estava velho e sofrendo de uma deficiência visual. A primogenitura que conferia o direito exclusivo à herança paterna fora concedida a Jacó por Esaú quando este, ao apresentar-se em sua casa cansado e com fome, trocou-a por um prato de lentilhas. Indubitavelmente, Esaú não considerou como efetivo seu pacto, no entanto, com a ajuda da mãe, Jacó conseguiu imprimir veracidade ao acordo, tomando o lugar do irmão mais velho e gerando a discórdia entre os dois.

Ainda antes de conceber seus filhos, Rebeca sentira fortes dores, “como se as crianças lutassem no seu ventre”<sup>15</sup>. Então consultou o Senhor, que lhe respondeu: “Tens duas nações no teu ventre; dois povos se dividirão ao sair de tuas entranhas. Um povo vencerá o outro e o mais velho servirá ao mais novo”<sup>16</sup>. Machado de Assis usa o título como argumento para justificar a discórdia entre os protagonistas da obra *Esau e Jacó*, os irmãos Pedro e Paulo. A causa da divergência não está explícita na obra, donde resulta a denominação, atribuída pelo próprio autor, de uma discórdia “ab ovo” (desde o

---

<sup>15</sup> Gên. 25, 22

<sup>16</sup> Gên. 25, 23

ovo). Diferentemente do que aconteceu posteriormente com os irmãos bíblicos<sup>17</sup>, Pedro e Paulo nunca se reconciliaram.

Romance de caráter ambíguo, a obra é narrada em 3ª pessoa gramatical pelo Conselheiro Aires. O ilustre personagem transita por outras obras de Machado de Assis cabendo-lhe ainda a atribuição de ser uma espécie de *alter ego* do autor. O livro se inicia narrando os acontecimentos que ocorreram após o nascimento de Pedro e Paulo. Quando completaram o primeiro aniversário, a mãe dos gêmeos foi com sua irmã Perpétua ao Morro do Castelo consultar a adivinha Cabocla sobre o futuro de seus filhos. Esta, por sua vez, informou-lhes que os irmãos teriam um futuro grandioso, porém, seriam inimigos. Quando indagada por Natividade sobre que tipo de futuro aguardava seus filhos, a Cabocla simplesmente respondeu: “Cousas bonitas, cousas futuras.” (EJI).

Na juventude, os dois irmãos tornaram-se rivais em tudo, inclusive na política. Pedro era conservador e defendia a monarquia, enquanto Paulo era republicano. O romance tem como pano de fundo o final do século XIX, período em que se instaurou a República no Brasil. A disputa pelo amor de Flora terminou quando esta morreu. O antagonismo entre os irmãos não diminui, no entanto. Em seu leito de morte, Natividade pediu pela reconciliação dos filhos. Eles aceitaram o pedido da mãe e estabeleceram uma trégua, que, porém, logo foi quebrada.

Podemos perceber a relação entre monarquia e república já na escolha do título da obra, pois, se relacionarmos os acontecimentos que se sucederam em 1889 com a narrativa bíblica do livro do Gênesis – “Um povo vencerá o outro e o mais velho servirá ao mais novo” –, verifica-se que Machado já anuncia a derrota sofrida pela monarquia e que seus defensores terão que se submeter ao novo regime.

Estudiosos teorizam sobre a personagem Flora dizendo que a jovem é uma alusão ao ideal de república almejado por Machado de Assis, porém essa afirmação aqui não é considerada e não o será pela razão simples de que a morte de personagens femininas na obra machadiana não é raridade. Não obstante, é o próprio Conselheiro quem afirma aos gêmeos – no capítulo XC – que a “[...] moça não era como a república, que um podia defender e o outro atacar”.

O livro termina com a posse dos irmãos na Câmara dos Deputados. Cada um por um partido diferente. Naquele momento, a trégua continuava vigorando, “[...] tinham

---

<sup>17</sup> No capítulo 33 do livro do Gênesis narra-se a reconciliação de Esaú e Jacó.



sido eleitos para se baterem, e acabavam traíndo os eleitores”. Quando os trabalhos da Câmara se encerraram no final do ano, Pedro e Paulo saíram para o recesso. Na data prevista para retornarem às atividades do seguinte ano, só Pedro apareceu. Pouco tempo depois Paulo regressou à Câmara sozinho, “[...] ao contrário do ano anterior em que os dous irmãos subiam as escadas juntos, quase pegados. O olho dos amigos não tardou em descobrir que não viviam bem, pouco depois que se detestavam” (EJ, CXXI).

Como tinha previsto a Cabocla do Castelo, os irmãos tornaram-se *grandes*, todavia, inimigos. Logo Pedro e Paulo pedem dispensa da Câmara.

Faz ainda parte do enredo da obra o Nóbrega, indivíduo que pede esmolas em nome da igreja. Este, depois de se recusar a depositar uma grande quantia, doada coincidentemente por Natividade, enriquece, tornando-se um capitalista. Nóbrega, ao recusar-se a repassar a *esmola* à igreja, investiu o dinheiro e enriqueceu. Dessa forma, a personagem representa o capitalismo, que começava a engrenar no Brasil da metade do século XIX em diante. O ex-mendigo apresentou-se ainda como pretendente da jovem Flora antes de ela falecer, a qual, com um sorriso irônico, o recusou.

## CAPÍTULO 2

### O Brasil do Século XIX e a Literatura Machadiana

#### 2.1 Proclamação da República

Há, nas obras de Machado de Assis, uma característica singular de o autor apresentar fatos de grande importância de maneira simples, como nas ações do cotidiano comum. Em *Esau e Jacó*, Machado narra o passeio do Conselheiro Aires na manhã de 15 de novembro no Passeio Público, local onde poucos minutos antes o imperador havia sido deposto. Em tal passagem se denota a característica simplista da narrativa, relegando um fato de considerável importância a uma simples observação durante um passeio matinal. Todavia, a representatividade na narrativa reflete também a receptividade com que muitos receberam o regime republicano e o estilo simplista – obviamente carregado de uma subjetividade intencional – se revela como uma crítica ao acontecimento.

Chegou às sete horas e meia, entrou, subiu ao terraço e olhou para o mar. O mar estava crespo. Aires começou a passear ao longo do terraço, ouvindo as ondas, e chegando-se à borda, de quando em quando, para vê-las bater e recuar.

(...) Enfim, cansou e desceu, foi-se ao lago, ao arvoredado e passou à toa, revivendo homens e cousas, até que se sentou em um banco. Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada como de costume olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava aí pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu ao menos. Ouviu umas palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério*, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias. Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas. O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. (EJ, LX).

Outra passagem em que o autor dispensa sua atenção a narrar fatos políticos passando não só pela forma simplista, mas chegando ao irônico e ao satírico, é o tão conhecido dilema da tabuleta. A narrativa acerca do “dilema” se inicia no capítulo LXII indo ao seguinte, contudo suas conclusões aparecem em capítulos posteriores. Nele fica nítida a receptividade com que a República fora recebida pela maioria da população,

pois a única preocupação do confeitiro Custódio quanto à instauração do novo regime é relacionada à nova tabuleta, que mandara refazer. Ao expor sua “angústia” ao Conselheiro Aires, a dúvida do confeitiro está no nome a ser inscrito na tabuleta, pois mandara fazer uma tabuleta nova para sua confeitaria dias antes da proclamação republicana. O nome antigo era *Confeitaria do Império*, agora, qual seria o novo nome a dar-se ao estabelecimento comercial? *Confeitaria da República?*. Ora, *se pudesse liquidava a confeitaria, afinal que tinha ele com política?* O confeitiro, um simples *vendedor e respeitador da ordem pública*, mostrara-se indiferente aos acontecimentos dos últimos dias. Aí se percebe a ideologia liberal da época, individualista, indiferente e preocupada com assuntos pertinentes à propriedade privada. Não obstante, o próprio Conselheiro Aires, depois de findada sua caminhada no Passeio Público, em diálogo com Natividade, lança suas conclusões acerca das mudanças que virão com o novo regime, afirmando que:

Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira tudo voltaria ao que era na sua véspera, menos a constituição. (EJ, LXIV)

A passagem da “tabuleta” constitui-se como uma das mais irônicas e cômicas das obras machadianas, no entanto, a título de evidenciar o desdém de Machado de Assis frente à instauração do novo regime, registramos outra, esta protagonizada também pelo Conselheiro Aires:

Foi em Caracas, onde ele servira na qualidade de adido de legação. Estava em casa de palestra com uma atriz da moda, pessoa chistosa e garrida. De repente, ouviram um clamor grande, vozes tumultuosas, vibrantes, crescentes...

- Que rumor é este, Cármen? Perguntou ele entre suas carícias.
- Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.
- Mas eu ouço aclamações...
- Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo. (EJ, XL).

O fato de Machado de Assis apresentar a proclamação da República de modo simplista não significa, nesse caso, que tal fato tenha se consumado de modo diferente, pois, como atestam muitos autores acerca desse tema, a proclamação da República no Brasil se deu modo passivo, como salienta Fernando Henrique Cardoso:

De fato, mesmo no nível imediato da percepção, quase ao sabor da crônica dos acontecimentos, o 15 de novembro apareceu como um movimento “superficial”. Por um lado, na expressão consagrada de Aristides Lobo, o povo teria assistido “bestializado” à parada militar da Praça da Aclamação. Dentro do Exército, a articulação faz-se por intermédio de um punhado de oficiais jovens de baixa patente que, se estavam isolados da soldadesca – que parece não ter se dado conta do alcance de seus atos mesmo quando reunida em frente ao Ministério da Guerra no dia 15 – também não se havia articulado, se não muito parcialmente e a última hora, com os oficiais superiores. (CARDOSO, 2006, p. 17/18).

Na passagem citada do cap. LX percebemos que Machado precede às teorias de pesquisadores e estudiosos desse tema, pois suas conclusões em *Esau e Jacó* já davam indicativos sobre a “superficialidade” com que fora proclamada a república. Não obstante, nas reflexões do gêmeo Paulo, o autor reclama por aqueles que imaginavam a queda do regime monárquico de modo revolucionário, no sentido de uma guerra civil premeditada. Ainda exprimindo sua opinião acerca da situação em que se encontrava a monarquia, Machado de Assis sentencia a real condição do antigo regime diante da investitura de tantos golpes, sendo o último deles a abolição da escravatura, acompanhada sempre das pressões republicana e liberal.

Nenhum dormia. Enquanto o sono não chegava, iam pensando nos acontecimentos do dia, ambos espantados de como foram fáceis e rápidos. Depois cogitavam no dia seguinte e nos efeitos ulteriores. Não admira que não chegassem à mesma conclusão.

- Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela cousa? Refletia Paulo. Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo. Deodoro é uma bela figura, dizem que a entrada do Marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regime estava podre e caiu por si só. (EJ, LXII).

A historiadora Emília Viotti da Costa (1999) relata que, na ocasião da queda da monarquia, existiam duas vias para o projeto de instauração da república: a evolucionista e a revolucionária. A evolucionista acreditava na aquisição pacífica do poder, via eleitoral; a revolucionária preconizava uma revolução popular<sup>18</sup>. Esta última parece apresentar-se como favorecer aos anseios do jovem Paulo.

<sup>18</sup> Segundo Emília V. da Costa, Silva Jardim pertencia ao grupo dos revolucionários, enquanto Quintino Bocaiúva defendia a posição dos evolucionistas.

Há, no entanto, várias interpretações acerca dos fatos que se sucederam à destituição da monarquia. A citada historiadora Costa ressalta o cuidado para com a análise de depoimentos dos que se encontram na esfera de um movimento revolucionário, pois tais depoimentos apresentam-se “deformados”, seja por paixão, interesse, ignorância ou impossibilidade de abarcar o processo como um todo.

No debate historiográfico pertinente ao tema da queda da monarquia e da origem republicana no Brasil, a pesquisa de Costa se destaca por desmistificar várias interpretações. Segundo a autora, existem duas versões, sendo uma a dos monarquistas e outra a dos republicanos. Segundo os monarquistas, foi descontentamento e indisciplina militar, aliados ao ressentimento dos fazendeiros por motivo da abolição da escravatura, que deram o “golpe” que destituiu o imperador. Pela versão dos republicanos, a proclamação da República fora uma “correção” necessária aos vícios do regime monárquico, tais como abuso de poder pessoal, vitaliciedade no Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral, etc. (COSTA, 1999, p. 449).

Costa afirma que cabe ao historiador “analisar os acontecimentos à luz da realidade mais ampla” e entender tal realidade é a base da fundamentação para a compreensão do passado. Assim, a autora aponta para as novas interpretações em que os grandes heróis não são exageradamente evidenciados diante da relevância dos fatos. Questões militares, religiosas, partidárias, de poder pessoal, dentre outras, assumiram cada qual o seu papel na derrocada da monarquia. Algumas tiveram mais importância, outras menos, mas a soma de todas as contradições gestou as bases para a instauração do novo regime, porém a solução militarista apresentou-se imprescindível à destituição monárquica:

A solução militarista, que sempre se impõe nos países em que a massa não se acha suficientemente consciente da sua força revolucionária e dos objetivos a serem alcançados, surgiu em 1887, quando a chefia do partido começou a cogitar seriamente da possibilidade de recorrer ao Exército para derrubar o regime e instalar a república. (COSTA, 1999, p. 483).

Indubitavelmente, Machado de Assis preferiu aderir apenas ao papel observador da campanha republicana, ao contrário de seu amigo Bocaiúva, que permaneceu ao lado do Marechal Deodoro no dia 15 de novembro. Na história pitoresca dos acontecimentos, Jean-Michel Massa observa que, após a derrocada do Império, o autor “[...] teria conservado no seu gabinete do Ministério o retrato do imperador! Logo se habituaria ao novo regime” (MASSA, 1971, p. 277).

Parafrazeando Massa (1971), em 1898, quando Machado de Assis se voltou para o seu passado, percebeu que já não era mais o liberal “ardente” do *Diário do Rio de Janeiro* de 1860. Quiçá nosso autor reivindicasse aos jovens republicanos de seu tempo o vigor revolucionário francês de um século atrás – vigor esse que o próprio Machado de Assis percebera ofuscado em si mesmo.

Merece também ser ressaltada a posição social que o autor desfrutava. Filho de mestiços, Machado de Assis desfrutava de “alguns favores” concedidos pela Família Imperial, como a nomeação pelo monarca de vogal do Conservatório Dramático em 1886 e oficial da Ordem da Rosa, título concedido por decreto da Princesa Isabel em 1888.

Brito Broca conclui que:

[...] devia ser-lhe cara e simpática a figura do Imperador, como a personificação das garantias, que, mesmo num país de escravos, haviam permitido ao mulatinho humilde ascender na sociedade e realizar um grande destino nas letras. (BROCA, 1983, p. 42).

Broca ainda afirma “[...] que Machado via no movimento republicano uma solução fácil para os que não queriam dar-se ao trabalho de procurar as verdadeiras causas dos nossos males” (1983, p. 42).

## 2.2 O Rio de Janeiro da Primeira República e a Belle Époque

José Murilo de Carvalho (1987) aponta que o Rio de Janeiro, durante os anos iniciais após a proclamação da República, foi, além da capital política e administrativa do país, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. O autor considera que a instauração da República trouxe grandes expectativas para a população brasileira, inclusive para as classes populares:

A proclamação da república trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites, mas também de camadas antes excluídas do jogo político. O fato de ter sido o novo regime proclamado por movimento que se desenrolara totalmente na capital, para surpresa de quase todas as províncias, veio contribuir ainda mais para as expectativas da população. (CARVALHO, 1987, p. 22).

Contudo, quão distantes estiveram as expectativas das classes populares do que realmente se dera nos primeiros anos da República: “Entre as elites, houve sem dúvida a sensação de libertação, que atingiu não só o mundo das ideias, mas, também dos sentimentos e das atitudes” (CARVALHO, 1987, p. 27). Mudaram-se os padrões de “moral e de honestidade” e as classes populares continuaram relegadas à margem da sociedade.

Needell (1993) afirma, em sua tese, que a cultura e a sociedade de elite serviram para manter e promover os interesses e a visão da própria elite, servindo-se então de paradigmas europeus. Assim, foram implantados no Brasil valores e princípios da cultura europeia no intuito de promover a substituição do “antigo” pelo “moderno”. Desabrochou-se o “espírito do capitalismo”, mas sem a companhia da “ética protestante”, e os heróis do dia eram os especuladores da bolsa (CARVALHO, 1987).

Se a política do Encilhamento, desenvolvida por Rui Barbosa, contribuiu para aumentar a industrialização, fora também o tiro de largada para uma corrida desordenada ao lucro e ao enriquecimento rápido: “Era um capitalismo predatório, fruto típico do espírito bandeirante [...]”, que, outrora praticado às escondidas, agora era “[...] gritado das janelas ou dos coches, era quase motivo de orgulho pessoal” (CARVALHO, 1987, p. 27). No seio da capital, Machado de Assis assistia – nas palavras do Conselheiro Aires – “deslumbrado” a todo este “espetáculo magnífico” que a agitação dos tempos oferecia. A Belle Époque florescia no Brasil e o Rio de Janeiro era o seu jardim. Assim descreve Machado no capítulo LXXIII de *Esau e Jacó*, o título torna-se sugestivo ou imprescindível dependendo da necessidade da ocasião, *UM ELDORADO*:

Vivia-se dos restos daquele deslumbramento e agitação, epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda a espécie. Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares<sup>19</sup> de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eterno do prelo. Eram estadas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a princípio nada era frouxo. Cada ação trazia a

<sup>19</sup> A repetição da palavra *milhares* evidencia a ironia machadiana.

vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos.

O olhar minucioso do "bruxo do Cosme Velho"<sup>20</sup> estava, pois, atento às transformações das estruturas da sociedade brasileira do final do século XIX. Apesar dessa atenção, no entanto, a preferência à crítica à elite burguesa não deixou – ou pouco deixou – espaço para o nosso autor escrever sobre a condição do negro ou do imigrante nesse seu romance. Chalhoub relata que, no início do século XX, a relação entre as distintas classes populares no Brasil era bastante tumultuada:

[...] muitas vezes a igualdade de situação de classe entre portugueses e brasileiros pobres ficava obscurecida pelo ressentimento mútuo: o imigrante trazia de sua terra natal – e reforçava ainda em terras tropicais – sua concepção de ser racial e culturalmente superior aos brasileiros pobres de cor; e estes, por outro lado, para quem a escravidão ainda era um passado bastante recente, ressentiam-se dos brancos em geral e, mais ainda, dos imigrantes, que vinham chegando ao Rio de Janeiro em grandes levas desde os últimos anos da monarquia, abocanhando boa parte da fatia de empregos disponíveis na cidade. (CHALHOUB, 2005, p. 60/61).

Além da tradicional pompa, a Belle Époque também revelou sua face mais obscura, promovendo políticas raciais onde a reconstrução do preconceito racial e nacional provinha de “[...] imposições propaladas de cima para baixo pelas classes dominantes quanto pelos ajustamentos dos populares às condições concretas de sobrevivência” (CHALHOUB, 2005, p. 61). A condição de Machado de Assis, diga-se mulato, pode revelar-se como fator preponderante para que o autor não tocasse em assuntos desse teor.

### 2.3 A oligarquia agrária dos finais do século XIX

Os discursos praticados pelas classes dirigentes no século XIX ocultavam o seu principal interesse, o de manter-se no poder. Nos projetos políticos liberais ou conservadores, o que permeava era o interesse de um setor da sociedade amparado por uma estrutura governamental. Tal setor adotou posturas políticas conforme reformulou

---

<sup>20</sup> Bruxo do Cosme Velho é um epíteto consagrado a Machado de Assis que se desenvolveu no meio literário com a publicação do poema "A um bruxo, com amor", de Carlos Drummond de Andrade. O poema faz referência à casa de Machade de Assis, na Rua do Cosme Velho, no Rio de Janeiro.



os seus interesses. Adotou formas de exercer seu poder que partia desde as camadas mais altas até as inferiores, pressupondo, desse modo, um sistema de dominação hierárquico (ORLANDI, 2000).

Parafrazeando René Dreifuss, a *Sociedade Política Brasileira* não emergiu de rupturas profundas do país, mas, sim, de um processo de “convergência de classes e elites dominantes”. Segundo o autor:

O processo de configuração política das diversas formas de associação político-econômico-cultural dos setores dominantes brasileiros – através de um jogo de cartas marcadas, restritivo em termos sociais e racialmente seletivo – sempre foi o de realinhar posturas, conservando posições. (1989, p. 9).

Mesmo com a substituição do regime monárquico pelo republicano, o Brasil permaneceu como “coisa privada” das elites dirigentes e classes dominantes, “[...] que projetaram sua rígida divisão social, a segregação racial e submissão servil” (DREIFUSS, 1989, p.10).

Raymundo Faoro (1984) explica que o poder no âmbito brasileiro sempre esteve restrito às mãos de poucos – elite dirigente – e exercido através do termo weberiano denominado de *estamento burocrático*. Tal termo se fundamenta num “sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado”. Essa forma de domínio político permite a uma casta de altos funcionários, aliada ao patronato político, o comum interesse de estabelecer-se de forma parasitária no país, extraíndo dele tudo o que pode.

De que elementos então se compõe essa classe? Segundo Emília V. da Costa, historiadora já acima referida, na segunda metade do século XIX a indústria começa a desenvolver-se no Brasil. Aliados a essa categoria de indivíduos ligados aos empreendimentos industriais surgiam também os primeiros elementos da burguesia, como explica a autora:

Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que se poderia chamar de pequena e média burguesia. Tratava-se de elementos ligados às atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos, etc., cujo número crescia progressivamente dando origem a uma população urbana. A maioria gravitava na órbita dos senhores rurais, aos quais só se ligava por interesses econômicos, como frequentemente se unia por laços familiares. (COSTA, 1999, p. 465).

Existem contradições dentro desse processo, pois, enquanto muitos indivíduos migravam do campo para a cidade, outros acumulavam pecúlio e afazendavam-se, adquirindo terras. Esses grupos emergentes já não compartilham dos mesmos interesses dos grupos rurais tradicionais, os quais ainda se apoiam nos moldes de produção escravocrata. Diferenciam-se também pela sua posição em relação a temas como reivindicação de eleições diretas e República. No que tange ao papel dessa burguesia – ainda em formação – na proclamação da República, verifica-se que, apesar de ainda não concentrar o poder em suas mãos, ela se constitui como elemento catalizador do processo de transição monarquia/república aliada ainda a uma elite agrária fortemente estruturada.

Em fins do século XIX, a região conhecida como Vale do Paraíba<sup>21</sup> já não apresentava os bons resultados obtidos na produção de café e açúcar de 1850. Os “barões do café” e os senhores de engenho, que antes controlavam a vida política, econômica e social do Brasil, viam sua hegemonia entrar em crise, porém um setor dessa elite agrária despontava no cenário nacional, pois seu dinamismo evidenciava-se numa produção agrária exportadora de café baseada no trabalho assalariado dos imigrantes. Sua representação política, no entanto, era relativamente pequena. Surgem então as contradições que, em parte, gestaram o movimento que culminou na proclamação da República.

De um lado, os grupos tradicionais de áreas mais antigas e que foram os alicerces da monarquia viam agora sua propriedade diminuir cada vez mais e se apegavam ao trabalho escravo, ao mesmo tempo em que a ajuda governamental a esse grupo custava a oneração dos cofres públicos. Em oposição, o setor pioneiro, utilizando-se de métodos aperfeiçoados, preconizava o trabalho de imigrantes, passando também a exigir maior autonomia e demanda de políticas que lhes fossem favoráveis. Não obstante, o setor industrial lutava por políticas protecionistas que garantissem o investimento governamental em suas atividades.

Veja-se a forma Emília Viotti da Costa como resume esse quadro:

Diante de tantas contradições, a solução parecia estar no sistema federativo. A excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública, que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país e

---

<sup>21</sup> A região do Vale do Paraíba situa-se entre o leste do Estado de São Paulo e oeste do Estado do Rio de Janeiro. Seu nome faz referência ao rio que corta essa região, o Rio Paraíba do Sul.

à solução dos problemas mais urgentes. A ideia federativa adquiriria assim mais prestígio. (COSTA, 1999, p. 470).

Percebemos que as contradições existentes no Brasil do final do século XIX, somadas à convergência de alguns setores da sociedade, resultaram na proclamação da República, e que esse acontecimento é o resultado do interesse de determinados grupos sociais que almejavam, entre outras coisas, ascender socialmente. Assim:

O movimento resultou na conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, no entanto, profundas divergências, que, desde logo, se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da república. (COSTA, 1999, p. 489).

Para Faoro, a aliança estabelecida entre a elite agrária comprometida com o trabalho livre e o ideal republicano constituiu um golpe contra a monarquia, tirando-lhe seu sustentáculo, assemelha-se, em alguns aspectos, às conclusões de Emília Viotti da Costa:

O agrarismo, portanto, volta-se para os ideais republicanos, atraído sobretudo pela constelação federalista, norte que seria também o das suas afinidades com o Partido Liberal. Será, insista-se, o imã de uma parte dos fazendeiros, a mais comprometida com o trabalho livre, a que não verá senão no trabalho livre o futuro da lavoura, a mais hostil ao encadeamento urbano e creditício de suas atividades. (COSTA, 1984, p. 456).

Nelson Werneck Sodré, em *História da Literatura Brasileira*, associa o aparecimento da classe média a um fenômeno social por excelência que, conjugado com outros setores da sociedade, deflagrou a República. As mudanças nas estruturas da sociedade brasileira já vinham de algum tempo ocorrendo e continuaram a transformar a sociedade mesmo com a instauração da República. As contradições existentes durante os primeiros anos da República foram as bases de um conflito que culminou com a ascensão das oligarquias produtoras de café. Segundo Sodré:

Tais alterações, que vinham afetando a estrutura econômica e nela acabariam por frisar o contraste, que era novo, entre a tradicional atividade agrícola, já sensivelmente modificada, e as atividades urbanas em ascensão, particularmente as industriais, acabariam por

proporcionar à classe média uma força e um papel que antes não tinha. O aparecimento dessa classe no palco político é o fenômeno social por excelência desse período em que o Brasil muda de fisionomia. Conjugando os seus esforços com os de setores importantes da classe dominante, a nova classe provocara as modificações reformistas do declínio do império e deflagrara a república. Com o novo regime, encontra uma transitória fase de fastígio, quando está presente no poder político, através do papel de Floriano. Não tardará a reação, que se inicia com o governo de Prudente de Moraes e atinge seu máximo com a “política dos governadores”, sob Campos Sales. (1976, p. 432/433).

Em suma, mesmo com substituição do regime monárquico pelo republicano, permaneceu nas esferas do poder da sociedade brasileira uma elite oligárquica, dinâmica em seus investimentos econômicos e exigente de autonomia e participação política. O aparecimento da classe média criaria conflitos, mas não teria em si força suficiente para desbancar os “donos do poder”. Raymundo Faoro resume bem esse processo histórico brasileiro quando afirma que

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou pré-capitalismo -, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. (1984, p. 733).

O processo de dominação das elites agrárias durante a Primeira República evidenciar-se-ia durante a “política dos governadores”, que fora uma espécie de acordo firmado entre o governo – representado na figura de Campos Sales – e as elites oligárquicas estaduais. Desse acordo resultaria num apoio mútuo entre as duas partes, no entanto algumas práticas de dominação, como o coronelismo, já se faziam notar logo após a instauração do novo regime. Esse sistema denota o fortalecimento do Estado ao passo que o poder do coronel se enfraquece. O coronelismo mantém em si consideráveis semelhanças com o clientelismo, principalmente no que se refere à fraude eleitoral. O clientelismo, embora possa existir separado, foi também uma característica do coronelismo.

A transição do regime monárquico ao republicano levou o Brasil a um sistema federal, mas não democrático, pois “[...] abroquelada no capitalismo politicamente orientado, a estrutura republicana, contestada como oligárquica, enfrentou todos os desafios [...]” e resistiu durante toda a Primeira República (FAORO, 1984, p. 468).

#### 2.4 A literatura engajada

O realismo literário do século XIX apresentou-se, então, como expressão de luta contra as políticas praticadas pela classe dirigente. Nicolau Sevcenko aborda a questão do movimento intelectual na época da instauração da república tomando como expoentes de sua pesquisa Euclides da Cunha e Lima Barreto. Os dois literatos, então herdeiros dos “mosqueteiros intelectuais<sup>22</sup>” de outrora, militaram para a queda do império e viram na consolidação da república as possibilidades de uma política governamental mais justa e honesta. Aconteceu, porém, que o regime republicano não apresentou os resultados esperados e conservou as classes populares às margens da sociedade (CARVALHO, 1987). A literatura, então concebida como instrumento de luta, apresenta questões pertinentes à política praticada durante os primeiros anos da república. Como conclui Sevcenko sobre as transformações ocorridas naquele período, houve:

[...] mudanças que foram registradas pela literatura, mas, sobretudo, mudanças que se transformaram em literatura (...) a rapidez e profundidade da transfiguração devassou a sociedade, inculcou na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança perplexa com sua intensidade inédita, presa de seus desmandos e ansiosa de assumir sua condução. (1983, p. 237)

Machado de Assis, considerado indiferente às questões políticas de seu tempo (BROCA, 1983), apresentará não só sua preocupação com relação aos passos do Brasil, agora republicano, como também tecerá suas críticas diante de políticas demandadas pelo novo regime. Alfredo Bosi<sup>23</sup>, em artigo publicado sobre *O Teatro Político nas*

<sup>22</sup> Em “O Brasil Republicano”, vol. 2 (2003), Mônica Pimenta Velloso salienta que o papel dos mosqueteiros intelectuais era o de servir de guias para a sociedade, “sentindo-se particularmente inspirados pela ideia nacional”. Esse sentimento se deu também durante a instauração da República no Brasil, mas os “mosqueteiros” já teriam agido muito antes da proclamação da República. Os intelectuais pertenciam a um setor distinto da sociedade.

<sup>23</sup> O artigo encontra-se disponível em: <[www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf](http://www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf)>.

*Crônicas de Machado de Assis*, na *Gazeta de Notícias*<sup>24</sup>, aponta para a posição do autor em relação às políticas demandadas pelo novo governo. Percebemos ali uma postura que vai além do ceticismo outorgado ao "bruxo do Cosme Velho". Segundo Bosi:

A Roda da História é figura que não se ajusta a concepções progressistas do tempo; apenas convida a cética resignação. Mas, na medida em que alcançamos descobrir no fundo do ceticismo um veio de inconformismo, assim como percebemos no fundo da crítica um renitente pessimismo, estaremos chegando perto da contemplação que é olhar machadiano. (p. 34)

Autor de tantas obras nas quais expressava o perfil psicológico e o comportamento da sociedade da qual fazia parte, Machado de Assis era conhecedor da natureza humana. Segundo Alfredo Bosi, para o autor de *Esaú e Jacó*

[...] os costumes do barro humano não se reformarão mediante leis, decretos e constituições juradas ou outorgadas. Os hábitos estão enraizados na natureza inerente a cada homem; natureza que reponta sempre, ora descarada, ora mascarada pela civilização. (BOSI, 2004, p. 34).

O "bruxo do Cosme Velho" há muito já denunciava os vícios da sociedade. Na maturidade, as críticas adquiriram um caráter mais explícito e são facilmente perceptíveis, o *favor*, já apontado por Chalhoub<sup>25</sup> (2003) nas obras *Helena e Dom Casmurro*, e, em *Esaú e Jacó*, novamente criticado com o ingrediente que nunca ou pouco faltou nas obras machadianas, a ironia. Vejamos parte da narrativa do capítulo XCVII, intitulado UM CRISTO PARTICULAR:

Jesus Cristo não distribuiu os governos deste mundo. O povo é quem os entrega a quem merece, por meio de cédulas fechadas, metidas dentro de uma urna de madeira, contadas, abertas, lidas, somadas e **multiplicadas**. A comissão podia vir, isso sim; a questão era saber se Jesus Cristo acudirá a todos os que lhe pedem a mesma cousa. **Os comissários seriam infinitamente mais que as comissões**. Esta objeção foi logo expelida do espírito de Flora, porque ela pedia ao seu Cristo, um de marfim velho, deixa da avó, um Cristo que nunca lhe negou nada, e a quem as outras pessoas não vinham importunar com súplicas. A própria mãe tinha o seu particular, confidente de

<sup>24</sup> Machado de Assis publicou suas crônicas sob o nome de "A Semana", de 1892 a 1897, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Sua participação nesse jornal terminou curiosamente quando o jornal foi suspenso por um período de um mês durante a Revolta da Armada.

<sup>25</sup> Em *Machado de Assis: Historiador*, Sidney Chalhoub aponta os casos de Capitu e José Dias, personagens de *Dom Casmurro*. Essas duas personagens são dependentes da família Santiago. Chalhoub apresenta as artimanhas de Capitu e Dias para conseguir os "favores" dos quais necessitam e os caminhos para atingi-los.

ambições, consolo de desenganos; não recorria ao da filha. Tal era a fé ingênua da moça. (Grifos meus).

Percebemos, nesse caso, os fatos ligados ao favor, bem como a fraude eleitoral praticada sob os domínios dos coronéis – o voto multiplicado. Tais práticas foram características não apenas do período imperial, mas também do republicano. No que tange aos favores, as personagens Batista e D. Cláudia – pais de Flora – se encontraram preocupados com a substituição da monarquia pela república. Batista outrora ocupou uma presidência de Província e desta foi exonerado *a pedido*, como constou no decreto. A princípio, o autor menciona que isso se deu por uma “concessão feita a um espanhol, a pedido do irmão da esposa do presidente”. Depois de ser exonerado, Batista passou a sofrer com a nostalgia da presidência perdida, qual seria o destino dessa dependente família? D. Cláudia incitou o marido para que fosse conversar com o Marechal<sup>26</sup>, a ver se conseguia deste algum cargo no novo regime. Batista hesitou no início, mas acabou cedendo às colocações de sua esposa: “[...] iria ter com o presidente da república, explicar a comissão que exercera, toda reservada e, sem embargo, imparcial”. A narrativa expõe a expectativa dos que se abrigavam sob o favor imperial e o comportamento deles em relação à consolidação do novo regime. Batista acabou por receber um *cargo* do presidente da República, no entanto, fora do Rio de Janeiro, fato que se constituiu como obstáculo às pretensões românticas de Pedro e Paulo. Não obstante, Machado de Assis ainda expõe o perfil de Batista, o qual se caracteriza como um indivíduo dependente: “[...] nele a política era menos uma opinião que uma sarna; precisava coçar-se a miúdo e com força”.

O diálogo entre D. Cláudia e Batista ante a subida dos Liberais ao poder explicita a desenvoltura do jogo político no Brasil do século XIX:

- Batista, você nunca foi conservador!

O marido empalideceu e recuou, como se ouvira a própria ingratidão de um partido. Nunca fora conservador? Mas que era ele então, que podia ser neste mundo? Que é que lhe dava a estima dos seus chefes? Não lhe faltava mais nada... D. Cláudia não atende as explicações, repetiu-lhe as palavras, e acrescentou:

- Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha.

<sup>26</sup> Essa passagem se encontra no capítulo LXXVII, intitulado “Visita ao Marechal”. O Brasil, no contexto da narrativa, já está sob o governo de Marechal Floriano Peixoto.

(...) todas as ideias iam para os liberais; lembre-se que os dissidentes na província acusavam a você de apoiar os liberais...

- Era falso; o governo é que me recomendava moderação. Posso mostrar cartas.

- Qual moderação! Você é liberal.

- Eu liberal?

- Um liberalão, nunca foi outra coisa. (EJ, XLVII).

A troca de opiniões políticas não é incomum no Brasil. As alianças partidárias sempre aconteceram de acordo com o favorecimento dos partidários. Fica difícil afirmar se Machado de Assis não fazia parte de alguns desses grupos, tendo sido militante liberal e privilegiado pelos favores imperiais, o autor carregava contradições em sua trajetória de vida. Na maturidade, já reconhecido por seu talento, assumiu o papel de denunciador dos vícios da sociedade e era elemento constituinte da classe média. Como salienta Sodré:

Os escritores participam, como elementos agora de classe média, nos acontecimentos do tempo. Buscam formas de arregimentação, ainda precárias. E a sua atividade na imprensa traduz justamente a coincidência de ser esta, em maioria expressiva, a intérprete dos sentimentos da classe nova que pressiona no sentido de reivindicar o papel que lhe cabe na vida brasileira. (1976, p. 434).

O inconformismo do Machado de Assis observador é o mesmo dos militantes da causa republicana, que o diga o jovem Paulo, que, logo após a proclamação da República, vê os ideais republicanos esquecidos, substituídos pelos interesses das elites dominantes. Não obstante, seu irmão Pedro, o conservador, tornou-se partidário dos republicanos, como se faz notar no capítulo CXV – Troca de Opiniões:

Senão quando viu Natividade os primeiros sinais de uma inclinação, que mais parecia propósito que efeito natural. Entretanto era naturalíssimo. Paulo entrou a fazer oposição ao governo, ao passo que Pedro moderava o tom e o sentido, e acabava aceitando o regime republicano, objeto de tantas desavenças.

[...] A aceitação de Paulo não era ao princípio, mas a execução. **Não é esta a república dos meus sonhos**, dizia ele; e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras. (Grifo meu).

O autor inúmeras vezes apresentou o descontentamento das personagens com a forma de governo do regime republicano: “Que é a política senão obra de homens?”



Afirmou Machado de Assis em uma crônica d' *A Semana*, de 1892. A obra *Esau e Jacó* refletiu, dadas as devidas considerações, a realidade à qual Machado de Assis estava submetido:

Sua obra, em alguns pontos, toma afeição de um libelo. Espelha a realidade, sem dúvida, mas está claro que a realidade não agrada ao seu sentimento, nada nela o seduz. Aquela sociedade em que triunfou, que o acolheu e lhe permitiu a glória, não a estima, não afina com os seus costumes, sente-lhe a pequenez. (SODRÉ, 1976, p. 501).

Nessa perspectiva, a dúvida da jovem Flora, em *Esau e Jacó*, pelo amor de um dos irmãos pode indicar-nos a incerteza do autor em relação ao regime de governo que lhe parecia plausível. O que faltava em um encontrava-se no outro.

No capítulo XCV temos uma alternativa ao dilema da jovem Flora ou, ao do próprio Machado de Assis, acerca de um regime moralmente aceitável para a nação brasileira. Essa alternativa era Gouveia, oficial da secretaria e que recebera herança do tio falecido. Gouveia representa a classe média, empregada, em parte, no serviço público e que, mesmo perto de ascender socialmente com a instauração da República, foi sufocada pelos interesses da oligarquia agrária.

Lembras-te daquela veranista de Petrópolis que atribuiu um terceiro namorado à nossa amiguinha? “Um dos três”, disse ela. Pois aqui está o terceiro namorado, e pode ser que ainda apareça outro. Este mundo é dos namorados. Tudo se pode dispensar nele; dia virá em que se dispensem até os governos, a anarquia se organizará de si mesma, como nos primeiros dias do paraíso. Quanto à comida, virá de Boston ou de Nova Iorque um processo para que a gente se nutra com a simples respiração do ar. Os namorados é que serão perpétuos. (EJ, XCV).

Outra sugestão ao dilema da jovem está no enlace afetivo com o Nóbrega, “aquele da nota de dous mil-réis, nota fecunda, que deitou de si muitas outras, mais de dous mil contos de réis”<sup>27</sup>, que se tornou rico ao investir a esmola coincidentemente doada pela mãe dos gêmeos. Nóbrega, a representação do capitalismo no Brasil, semelhantemente ao seu concorrente Gouveia, não obteve a atenção de Flora, muito menos suas carícias. Ironicamente, diante das insistências de D. Rita, a jovem sorriu despreocupadamente.

---

<sup>27</sup> A passagem encontra-se no cap. CIII.

D. Rita<sup>28</sup> ficou espantadíssima. Supunha que, não a pessoa, mas as vantagens e circunstâncias pleiteassem a favor do candidato. Esquecia os seus cabelos entregues a sepultura do marido. Deu concelhos à moça, pôs em relevo a posição do pretendente, o presente e o futuro, a situação esplêndida que lhe dava este casamento, e por fim as qualidades morais de Nóbrega. A moça escutou calada, e acabou rindo outra vez. (EJ, Cap.CII).

Essa não aceitação e/ou dúvida pelo amor de Pedro ou Paulo, como a outros pretendentes, representava em si só tanto a falência do monarquismo como também o ceticismo com que Machado de Assis via o regime republicano.

Como afirma Pedro Pereira da Silva Costa:

Machado, embora não fosse republicano, não era contra os republicanos. Afinal, a única diferença entre os dois regimes era, de seu ponto de vista, a ausência ou a presença do imperador; e, embora simpática a sua figura de velho, não acreditava em outro poder público que não o eleito. Para ele, porém se punha um outro problema, que levará seu Quintino, daí a poucos anos a se desiludir com a política: a completa ausência de honestidade nas eleições, o da imoralidade das manobras do submundo político. (COSTA, P. P. S., 2003, p.151).

Percebemos, assim, um Machado de Assis inconformado com os rumos do Brasil já nos primeiros anos da instauração republicana. Essas incoerências registradas em *Esau e Jacó* nos dão uma noção de como o autor se posicionava em relação à política da Primeira República, vendo-a longe dos princípios morais aos quais Machado de Assis foi fiel. Os vícios da sociedade monarca permaneceriam ainda em voga, mesmo com a consolidação da República.

Por outro lado, o inconformismo de Machado de Assis caminha paralelamente com o inconformismo da classe média. Cabe, porém interrogar: – Até que ponto o inconformismo do "bruxo do Cosme Velho" se assemelha com o dessa classe média ainda sem força política? Objetivava o “moralista clássico” – como afirmou Bosi – apenas autonomia econômica exigida pelos Liberais. Sodré, em *Formação Histórica do Brasil*, referindo-se ao poder das oligarquias agrárias durante a primeira década da proclamação da República no Brasil, afirma:

A ideia republicana, defendida pelos elementos letrados, e por isso mesmo da camada média da população, desde velhos tempos, jamais alcançara condições para vingar em consequência da debilidade

---

<sup>28</sup> D. Rita é uma personagem que dá vida à irmã do Conselheiro Aires. Ela recebe a missão de cuidar da jovem Flora longe da convivência de Pedro e Paulo. Essa estadia na casa de D. Rita antecede a morte de Flora.

daquela camada e tudo o que ela representava. (SODRÉ, 1979, p. 291).

Nesta perspectiva, a única forma de a classe média ascender socialmente seria com o enfraquecimento da elite agrária ou com o fracionamento dela:

O enfraquecimento teria de ser relativo, isto é, no confronto com as outras classes ou camadas sócias, ou no fracionamento que dividisse a própria classe dominante, permitindo que uma de suas frações se compusesse com outras classes sócias ou camadas. (SODRÉ, 1979, p. 292).

Diferentemente do que se tinha pensado, a República levou ao apogeu a estrutura colonial de produção baseada na economia exportadora de café. A classe média não tinha condições para realizar uma profunda transformação. Sodré enfatiza que as divergências entre esses setores da sociedade surgiram ainda no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca<sup>29</sup>:

A substituição de Rui Barbosa na pasta da Fazenda foi um sinal evidente do movimento para alijar a representação da classe média. O aparecimento no palco, sem nenhum constrangimento, de velhos titulares da monarquia indicava que não havia nenhuma incompatibilidade profunda entre esses velhos quadros, e o que representavam, com a nova ordem política. (SODRÉ, 1979, p. 298).

A classe média<sup>30</sup>, sufocada então pelas manobras políticas da elite oligárquica, ainda tentou restabelecer-se e ascender socialmente com a eleição de Floriano Peixoto,

---

<sup>29</sup> “A classe senhorial recompunha apressadamente as suas fileiras divididas no episódio da mudança de regime. A presença militar impede, por algum tempo ainda, que a recomposição se efetive. Com a dissolução do Congresso, Deodoro provoca a ascensão de Floriano Peixoto ao poder. O florianismo é a representação típica de classe média, com a coloração militar a vincá-la. É a forma como tal classe luta, após a mudança do regime, para resistir ao estabelecimento de uma situação condenada. Os choques serão, por isso mesmo, violentos; as manifestações da opinião, apaixonadas. Sob seus aspectos superficiais, razões profundas movem as correntes e pontilham os episódios. É a crise da República”. (SODRÉ, 1979, p. 298).

<sup>30</sup> “Não se tem dado, a meu ver, o devido relevo a este fato capital a nossa história: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que entre nós a classe média não surge com a estruturação econômica robusta que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é também certo que esta deficiência surge compensada pela concentração de força política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade de coesão interna, que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados neste centro de estudo da classe média, que seria, por oposição das faculdades jurídicas da aristocracia, desde 1874, a Escola Militar”. (SODRÉ apud DANTAS, San Tiago – *Dois Momentos de Rui Barbosa* – Rio de Janeiro – 1949 – p. 13).

mas, após a sucessão deste na presidência, estabeleceu-se de vez o domínio oligárquico. Findava-se, também, o período da crise da República e os elementos que ainda representavam a classe média no poder seriam dele despejados. Sob o governo de Campos Sales efetivava-se a valorização política da economia cafeeira e a presidência da República ficava fadada ao revezamento entre mineiros e paulistas. Esse processo irá perdurar efetivamente durante toda a Primeira República – ou República Velha, como vulgarmente é chamada –, porém, as fissuras que levarão ao declínio da “política dos governadores” evidenciam-se antes de 1930, logo após a Primeira Guerra Mundial.

## Considerações Finais

Literatura e História se encontram num campo de confluência. Nesse sentido, percebemos que, na construção de sua obra, o literato parte da realidade para confeccionar sua narrativa ficcional. De outro lado, o historiador que toma a Literatura como fonte histórica salta da realidade para mergulhar nos meandros da ficção, procurando extrair dessa aventura os vestígios da realidade da qual fez parte o ficcionista. Como afirmou Maria Aparecida Baccega: “As questões colocadas no discurso literário são questões do cotidiano, manifestadas nos discursos do cotidiano” (BACCEGA, 1995, p. 76).

Assim como a Literatura se utiliza do real para fundamentar-se, a História atinge a verossimilhança dos tempos idos e não sua veracidade. Admitimos que a Literatura está fomentada de migalhas da realidade em que foi construída, traz em sua narrativa não só a objetividade da obra, mas também, partes diminutas do contexto do autor. Cabe ao historiador, assim, decifrar essas partes da realidade que se espalham pelo texto literário e juntá-las, combiná-las de modo simétrico, como que num processo de montagem de um quebra-cabeça.

A trajetória de Machado de Assis se apresentou de modo contraditório. O “bruxo do Cosme Velho” passou de militante liberal a funcionário do império, recebeu favores e condecorações imperiais como também foi admitido honrosamente no funcionalismo republicano. Esse descompasso entre teoria e prática na carreira do autor constituiu-se como um dos fenômenos marcantes da trajetória desse intelectual do século XIX. Por este prisma, o romance *Esau e Jacó* é que mais se compatibilizou com a carreira do autor e tornou-se, assim, um dos mais difíceis de ser compreendido, pelo fato de como se apresentou, de modo ambíguo.

Afirmou o Conselheiro Aires: “Mas, não há paraíso que valha o gosto da oposição”<sup>31</sup>. A aproximação entre o Conselheiro Aires e Machado de Assis ficou cada vez mais nítida e revelou o gosto do autor, qual seja, o divergir de si próprio.

Aliando os anseios da classe média aos de Machado de Assis, percebemos que, mais uma vez, a trajetória machadiana apresentou-se descompassadamente. Não só os valores morais eram idealizados pelo autor, mas também os valores e os ideais burgueses faziam parte do universo machadiano. Mesmo querendo tomar o papel de guias da sociedade, “os mosqueteiros intelectuais” pertenciam ao setor da classe média.

---

<sup>31</sup> EJ, cap. XXXIX, intitulado “Um Gatuno”.

Parece difícil associar Machado de Assis a um burguês dos finais do século XIX, todavia é preciso ter em consideração que essa burguesia brasileira ainda estava em um processo de formação, trazendo em si as ideias liberais, mas, como a classe popular, ainda não tinha consciência de seu papel social. A elite oligárquica fora favorecida durante todo período da Primeira República. À classe média restou o papel de observadora inconformada de tal cenário. Assim também o é o papel de Machado de Assis.

O inconformismo de Machado de Assis – apontado por Alfredo Bosi – frente às políticas desenvolvidas nos primeiros anos da República está também impregnado dos interesses burgueses e/ou liberais. É certo que o autor, mesmo sendo influenciado pela cultura europeia, não concordou com políticas de modernização implantadas durante a Belle Époque, originando, em parte, o seu ceticismo, principalmente no que tange às políticas raciais, devido às suas origens.

Muitos anos depois de ter abandonado as causas liberais no *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis ainda carregava as influências daquele período. Indubitavelmente, ao ver corrompidos os ideais republicanos pela elite/oligarquia, o “bruxo do Cosme Velho” desiluiu-se com a política. Durante a primeira década do regime republicano, as crônicas publicadas por Machado de Assis n’*A Semana*, enfatizavam seu inconformismo perante a política.

Assim, mesmo atuando no funcionalismo público, o autor continuou tecendo críticas ao sistema que vigorava no regime republicano. Não interferiu diretamente nos rumos que o Brasil tomou, mas, nem por isso, ficou omissos perante a consumação dos fatos. Quiçá, não por coincidência, Machado de Assis auxiliou na fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897, um ano antes da ocupação da cadeira da presidência da República por Campos Sales. O autor se estabeleceu, então, num reduto donde – como tantos outros autores – lançou suas críticas à sociedade do modo que sempre mais lhe aprouvera, a narrativa literária.

## Referências Bibliográficas

### Fonte:

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Esaú e Jacó**. J. Brasília, DF: Aguilar; Ed. MEC; Instituto Nacional do Livro, 1973.

### Bibliografia:

BACCEGA, Maria Aparecida. **Literatura e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Bíblia Sagrada. 173. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

BOSI, Alfredo. 3. Ed. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cutrix, 1980

BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. São Paulo: Polis, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Brasil republicano, vol. 8: estrutura, poder e economia (1889/1930); int. geral Sérgio Buarque de Holanda. In: História geral da civilização brasileira; tomo 3, vol. 8. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. 1ª reimpressão. Campinas, SP. Ed da Unicamp, 2005.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. 17. ed. Tradução: Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Pedro Pereira da Silva. **A vida dos grandes brasileiros: Machado de Assis**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita: na Nova República**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1989.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, vol. 2. 6. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora Globo, 1984.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. **O que é imaginário**. 1ª reimpressão da 1ª edição de 1996. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos, nº 309).

LOPES, Edward. Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Ensaio de cultura 7**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LUKÁCS, George. **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAGALHÃES, Pedro Armando de Almeida. **Repensar o romance histórico**: leituras de "Esaú e Jacó", de Machado de Assis, e "L'Oeuvreau Noir", de Marguerite Yourcenar. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839 – 1870**: ensaio de biografia intelectual. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MURICY, Katia. **A razão cética** - Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 6. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano 2** – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



**Fontes da Internet:**

BOSI, Alfredo. **O teatro político nas crônicas de Machado de Assis**. 2004.

Disponível em: <[www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf](http://www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf)>.

LACERDA, David P.; SANTOS, Maycon Rodrigues dos. **Revista eletrônica Cadernos de História**. Publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP. Ano I, nº 2, setembro de 2006. Disponível em: <[www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)>. ISSN 19800339.

LUKÁCS, George. **Narrar ou descrever**. Tradução: Giseh Vianna Konder. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53695424/Georg-Lukacs-Ensaio-sobre-literatura>>.

MEIRELLES, Alexandre. **Biografia Machado de Assis**. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/books/biography/1660440-machado-assis-vida-obra/#ixzz22ohHJqzk>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

NOGUEIRA, Arnaldo Jr. **Projeto Releituras**, de Arnaldo Nogueira Jr. Disponível em: <[http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp)>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In: **Nuevo mundo - Mundos Nuevos**. Debates. Editora EHESS. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/in>>